

PODER

Resistência à Lava-Jato abre caminho de Zanin

Crítica a excessos da operação une ministros do STF, senadores e vira trunfo do advogado

» RENATO SOUZA

Dentro de algumas semanas, Luiz Inácio Lula da Silva deve apresentar ao Senado seu indicado para a 11ª cadeira de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Apesar de críticas de aliados e de receios sobre as reações do meio político, o presidente da República está convicto de que deve propor seu advogado, Cristiano Zanin Martins, para ocupar a cadeira deixada pelo ministro Ricardo Lewandowski na mais alta corte do país.

Juristas próximos a Lula, e consultados pelo **Correio**, afirmaram, sob a condição de anonimato, que o presidente foi informado que ser crítico da Operação Lava-Jato não cria barreiras jurídicas para ocupar uma cadeira no Supremo. Ele seria

impedido nos processos que atuou por força de lei e não teria resistência em se declarar impedido nos casos em que ocorrem conflitos éticos.

Lula também foi informado de que não existe resistência considerável ao nome de Zanin no Senado. A barreira maior seria de Sérgio Moro (União Brasil-PR), agora integrante da Casa e ex-juiz da operação. No entanto, o presidente foi avisado de que Moro, desde que assumiu, vive certo isolamento por parte dos pares, que entendem que ele, junto com procuradores e alguns delegados da Polícia Federal (PF), criminalizaram a política no auge da Lava-Jato.

Admiração

Desde o começo do ano, Lula afirma que Zanin foi uma

revelação no mundo jurídico. O advogado atuou ao longo de quatro anos nos processos envolvendo o presidente na Lava-Jato e outras operações, como a Zelotes, que ocorreu em Brasília. Mesmo não conseguindo impedir a prisão do petista, em 2018, no auge da campanha eleitoral, Zanin obteve sucessivas vitórias na Justiça.

Lula foi alvo de 26 processos em diversas instâncias do judiciário no Paraná, em São Paulo e em Brasília. Com uma quantidade de recursos considerável na Justiça Federal do Paraná, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em cortes paulistas e nos tribunais superiores, Zanin obteve sucessivas anulações de processos por ausência de provas — como no processo em que o presidente foi acusado de envolvimento em esquema de pagamento de propina

na tentativa de compra dos caças franceses Rafale.

Ao mesmo tempo, a atuação de Zanin nos casos da Lava-Jato gera críticas sobre a isenção que teria ao julgar as ações relacionadas à operação que ainda correm na Corte. O advogado foi o responsável por interpelações que resultaram na liberação de informações dos sistemas de comunicação interna e de pagamento de propina da Odebrecht. Os dados foram usados em mais de 20 processos que correm na Justiça.

Caso Zanin se torne ministro do Supremo, poderia ser impedido de julgar casos nos quais tenha atuado como advogado. Nos que tenha envolvimento mais direto, fica a critério do magistrado se declarar suspeito. O temor é de que, eventualmente, ele trave ações da Lava-Jato ainda em curso.

Antonio Cruz/Agência Brasil



Zanin em atuação na segunda turma do STF: atuação contra a Lava-Jato não seria obstáculo para a magistratura, caso chegue à Corte

Teoria do “lawfare” é marca da atuação

O advogado Cristiano Zanin Martins, junto com a equipe do escritório em que atua, popularizou uma teoria do direito que, antes, era pouco conhecida no Brasil — a chamada “lawfare”. A palavra é junção de dois termos em inglês: “law” (lei, direito) e “warfare” (guerra). Na prática, a teoria prevê momentos em que as leis podem ser usadas e distorcidas com fins políticos. É como se fosse uma guerra contra adversários, na qual o sistema de Justiça atua para prejudicar o réu, e não se limita a analisar suas condutas à luz das normas legais.

Zanin afirma que Lula foi vítima de “lawfare” para que fosse removido da corrida eleitoral de 2018 e o caminho ficasse livre

para que seu principal adversário, o então candidato Jair Bolsonaro, chegasse à Presidência da República. O sucesso nos tribunais aproximou Zanin do petista e de seus aliados, que estão dispostos a levantar barreiras para a aprovação do advogado no Senado — onde precisa passar com sucesso por uma sabatina para chegar ao cargo.

Oportunidade

O cientista político Márcio Coimbra, mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (Espanha), ex-diretor da Apex-Brasil e do Senado, crê que é o momento certo para que a indicação seja feita. “A indicação do Zanin para uma vaga no

STF pode se tornar uma batalha com grande desgaste político, porém Lula tem uma posição mais confortável no Senado, onde conta com o apoio de Rodrigo Pacheco (presidente da Casa), que, certamente, já deve ter sido consultado sobre esse movimento. Com apoio de Pacheco e do (senador Davi) Alcolumbre, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), as chances de Zanin são grandes. Lula prefere fazer a indicação enquanto tem ventos favoráveis ao governo no Senado”, disse.

Além de Zanin, também são cotados para a 11ª cadeira do Supremo o advogado Manoel Carlos de Almeida Neto, ex-secretário-geral da Corte — que é apoiado pelo ministro Lewandowski;

o ministro Bruno Dantas, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU); e o ministro Luís Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça.

A constitucionalista Vera Chermim, especialista em STF acredita que Zanin terá fácil aprovação pelo Senado. Destaca, ainda, que ele tem apoio da maioria dos atuais ministros do Supremo.

“A provável indicação do Zanin para a vaga do Lewandowski será acolhida pela maioria dos ministros que compõem aquela Corte. Também não enfrentará grandes dificuldades para ser aceita pelo Senado, em razão da atual conjuntura política favorável à maioria dos representantes políticos da base governamental”, afirma. (RS)

Barroso: Supremo não é “ativista”

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou, ontem, que a Corte pratique “ativismo judicial” e afirmou que essa percepção é “bastante equivocada”. Segundo ele, o que ocorre é que o Supremo tem protagonismo devido à abrangência da Constituição e, consequentemente, dos assuntos que podem ser levados à apreciação dos ministros.

“Existe uma percepção bastante equivocada de que o STF

é extremamente ativista, que inventa legislações e produz decisões que trazem insegurança jurídica. Gostaria de dizer que nada disso acontece. O que existe mesmo é um protagonismo judicial. Como tudo pode chegar ao Judiciário, passa a ter uma visibilidade incomum”, afirmou o ministro, durante a Brazil Conference, nos Estados Unidos.

O STF tem sido alvo de críticas por parte de setores políticos, principalmente por aliados

do ex-presidente Jair Bolsonaro, que alegam que a Corte excede a sua função e toma decisões que deveriam ser de responsabilidade do Congresso. Barroso destacou que a abrangência da Constituição, que dispõe sobre diversos temas, faz com que questões vistas como políticas também possam ser interpretadas como jurídicas. “Quando você traz uma matéria para a Constituição, você a retirou da política e trouxe para o Direito”, lembrou.



Existe uma percepção equivocada de que o STF inventa legislações. O que existe é protagonismo. Como tudo pode chegar ao Judiciário, passa a ter visibilidade”

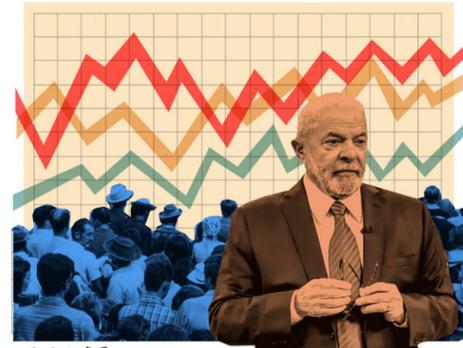
Ministro Luís Roberto Barroso

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Lula precisa achar a passagem do meio

A mais bem-sucedida experiência desenvolvimentista pós II Guerra Mundial foi a dos chamados Tigres Asiáticos: Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Taiwan. Governos intervencionistas protagonizaram a transformação desses países de economias estagnadas em países dinâmicos e industrializados, cada qual ocupando um papel específico na nova divisão internacional do trabalho. Na sequência, vieram Malásia, Tailândia, Indonésia, com modelos semelhantes, e a China, que saiu do “comunismo de guerra” de Mao Tse Tung para o “capitalismo de Estado” de Deng Hsiao Ping. Hoje, é o Vietnã que envereda com sucesso por esse mesmo caminho.

Na Ásia, burocracias muito fortes comandaram um processo no qual a iniciativa privada foi preservada, com o Estado investindo fortemente em ramos estratégicos e na inovação tecnológica. Grandes investimentos na educação proporcionaram a mão de obra qualificada necessária para os novos setores da economia, na transição do agrário para o urbano. Em 1950, o PIB per capita da Coreia do Sul era metade do PIB do Brasil; em 1990 era o dobro, em 2005, três vezes maior. No ano passado, era quatro vezes.

Ao contrário do que ocorreu na Ásia, na América Latina e na África, o modelo desenvolvimentista fracassou, em meio a crises políticas, muita corrupção e atraso cultural. O tratamento preferencial e protecionista dado às empresas e setores, por meio de isenções tributárias e incentivos econômicos, não produziu o mesmo resultado, porque a proteção do Estado não teve como contrapartida o desempenho.

A reprodução de modelos políticos oligárquicos e excludentes no “capitalismo de compadrio” pôs tudo a perder, inclusive no Brasil. Pode-se argumentar que o sucesso na Ásia se deve a governos autoritários, o que em parte é verdade, mas não é uma lei universal. Aqui tivemos o auge do capitalismo de Estado no Brasil durante o regime militar e o modelo fracassou. Entrou em colapso porque adensou demais as cadeias de produção sem integrá-las às cadeias globais de valor, numa economia autárquica.

A crise financeira asiática, nos anos 1990, parecia ter posto em xeque o modelo desenvolvimentista, mas o crescimento da China acabou alavancando todas as economias asiáticas, seja pela associação direta, como no caso do Vietnã, seja pelo seu impacto na economia regional e global, como na Indonésia e Tailândia. A China pegou o bonde da revolução tecnológica, da economia do conhecimento e da inteligência artificial. Está se tornando um país rico, com uma classe média numerosa. Hoje, as economias de China e Estados Unidos têm tamanhos parecidos.

A conta

O consenso econômico atual atribui ao Estado o papel de regulação da economia, que “só deve intervir para corrigir falhas no sistema que a iniciativa privada sozinha não tem como resolver”. Basta garantir que os tribunais funcionem, que os contratos sejam respeitados e o direito à propriedade protegido. A estabilidade macroeconômica deve ser considerada um valor. Ao Estado cabe cuidar da infraestrutura, da saúde e da educação dos mais pobres, “pero no mucho”. O resto o mercado resolve.

Na verdade, tudo isso foi levado em conta pelos países asiáticos. Onde está o nó?

Esse é o pano de fundo da discussão sobre o novo arcabouço fiscal apresentado ao Congresso pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, que busca conciliar a urgência das demandas sociais com as necessidades de controle da dívida pública. O governo Lula se comprometeu a melhorar, ano a ano, as suas contas, chegando a um superávit primário de 1% do PIB em 2026, seu último ano de mandato. As despesas subirão, no máximo, 2,5% ao ano, descontada a inflação. As críticas ao modelo se concentram no piso de 0,6% para o crescimento das despesas, que Haddad espera compensar com a taxa de crescimento da economia e a reforma tributária.

O ex-presidente Jair Bolsonaro deixou com o país numa trajetória explosiva de endividamento público, que subiria de 72,9% do PIB, no ano passado, para 95,3%, em 2032. Uma alta de 22,4 pontos em 10 anos. O projeto da equipe econômica do novo governo, no pior cenário, prevê a estabilização da dívida em 85% no mesmo período. Ou seja, 10 pontos a menos. Entretanto, se tudo der certo, a dívida se estabilizará em 77% do PIB a partir de 2025.

O que preocupa os críticos da proposta são as condições para que isso dê certo no cenário positivo, o crescimento e a arrecadação. O cenário negativo é o aumento da inflação, que ninguém deseja. Quem está contra o novo arcabouço fiscal defende o corte de despesas do governo, que sempre é possível, mas tem alto custo social e político. Incluir os mais pobres no Orçamento é uma obviedade, porque foram eles que ganharam a eleição ao escolher o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sem inflação, alguém tem que pagar essa conta. São os setores privilegiados da sociedade, inclusive setores empresariais protegidos pelo Estado, sem a devida contrapartida em termos de metas de qualidade e produtividade. Vem daí o lobby contra a proposta e pelo corte de gastos. É um conflito distributivo da renda nacional, que tende a se acirrar durante o governo Lula, se um novo modelo de desenvolvimento, ajustado à nossa realidade, não for posto na mesa para discussão com a sociedade. Um novo consenso econômico só será possível com mais crescimento, modernização da economia e aumento da renda das famílias.